

Momentos de crise, momentos de verdades: o desafio epistemológico da história

Francisco Linhares Fonteles Neto

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Mossoró, RN, Brasil

franciscolinhares@uern.br

AURELL, Jaume. *A escrita da história: dos positivismo aos pós-modernismos*. Tradução de Rafael Ruiz. São Paulo: Sita-Brasil, 2010.

Nos últimos anos, tem se percebido a qualidade e relevância da historiografia produzida na Espanha através de nomes como Josep Fontana, Carlos Barros e Julio Aróstegui Sánchez, bem conhecidos entre a comunidade historiadora brasileira e que, portanto, dispensam apresentações mais detalhadas.

No entanto, o historiador Jaume Aurell, titular do Departamento de História e decano da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Navarra, ainda não desfruta do mesmo prestígio no Brasil, mesmo ocupando lugar de destaque entre os historiadores espanhóis. Especialista em história medieval, intelectual e religiosa, também tem se ocupado com as novas tendências da historiografia contemporânea, como demonstra seu trabalho mais recente neste campo, *A escrita da história: dos positivismos aos pós-modernismos*, que certamente interessará a historiadores profissionais e aspirantes, preocupados em entender o percurso de sua própria disciplina.

Podemos caracterizar o trabalho de Jaume Aurell como um esforço de síntese que começa no século XIX, momento de afirmação e legitimação da história enquanto saber acadêmico, e quando, ancorada em uma “ciência positiva”, a disciplina demarcou sua rigorosa crítica documental com o método das ciências naturais para buscar a “verdade absoluta dos fatos”, assegurada pela total obje-

tividade e neutralidade do pesquisador. A obra apresenta ainda um cenário das grandes correntes historiográficas ao longo do século XX e os dilemas e caminhos trilhados na primeira década do XXI, compreendendo os debates mais atuais sobre epistemologia da história, relativismo histórico, pós-modernidade, possibilidade ou não de apreensão do real, *linguistic turn*, virada cultural e retorno da narrativa.

Aurell propõe a análise da escrita da história como um exercício intelectual pela compreensão do contexto sociopolítico em que as principais tendências historiográficas se desenvolveram, levando em consideração, também, a formação dos historiadores. Nesse sentido, sugere o abandono do estudo simplista da “evolução das ideias” de forma isolada, enfatizando a necessidade de se entender o momento específico da escritura historiográfica, vinculando-a às condições históricas, sociais, materiais e culturais, não raro influenciadoras do trabalho do historiador. Essas circunstâncias seriam um testemunho eloquente do rastro histórico deixado por esses “fiadores da memória”.

Ao longo da obra, é perceptível a preocupação em expor a evolução da historiografia sempre acompanhada de períodos de tensão social, o que interfere na escrita e no posicionamento dos historiadores. Se os historiadores geralmente refletem sobre a “crise da história” a partir dos últimos trinta anos como uma conjuntura decisiva no debate sobre a crise dos paradigmas, momento no qual foram chamados a discutir mais fortemente sua disciplina, Aurell nos lembra que desde o surgi-

Resenha recebida em 30 de outubro de 2011 e aprovada em 13 de março de 2012.

mento da história como saber acadêmico, no século XIX, ela já estava sendo forjada em um contexto político conflituoso.

No primeiro e segundo capítulos o autor apresenta a função pedagógica e cívica da história pátria e a institucionalização da história na Alemanha, ferramenta importante para as pretensões do Estado-nação, pois seria capaz de regenerar, organizar e criar uma identidade nacional.

Os historiadores metódicos alemães definiram o conhecimento histórico como objetivo, processual e *a posteriori*, fugindo das proposições teleológicas alusivas às filosofias da história. Contudo, o patriotismo dos historiadores oitocentistas colocou em dúvida a objetividade tão desejada pela disciplina histórica. Ao escreverem a história política da nação, os metódicos não conseguiram se livrar do devir histórico e da instrumentalização política e nacionalista; mostraram-se extremamente ingênuos quanto ao descolamento do pesquisador de seu objeto de pesquisa. Tal modelo já apresentaria seus esgotamentos nas primeiras décadas do século XX.

Com o surgimento dos *Annales*, em 1929, vem a primeira grande revisão epistemológica da história. O programa da “história nova”, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, era um ataque e, ao mesmo tempo, uma tomada de posição em relação à “velha história” difundida por Seignobos e Langlois, na França. Para Jaume Aurell, essa história era a mesma ensinada nas universidades da Alemanha, o que não animava os jovens historiadores franceses, que rejeitavam repetir a “história dos vencedores”. Não é por acaso que a mais influente corrente historiográfica do século XX tenha sido fundada justamente na Universidade de Estrasburgo, após a Grande Guerra, no ano da Grande Depressão, e localizada entre Alemanha e França (Alsácia-Lorena), uma região de litígio.

O trabalho de Febvre e Bloch foi fundamental para institucionalização dos *Annales*. A edição da revista, em sua primeira fase (*Annales d'histoire économique et sociale*), congregaria uma proposta inovadora, baseada em cinco pilares que revolucionariam a escrita da história, a saber: fato como construção histórica, interdisciplinaridade, histó-

ria problema, história total e uma nova definição do conceito de fonte.

Paulatinamente os espaços de saber e produção do conhecimento começam a ser ocupados. A mudança de Estrasburgo para Paris foi mais que estratégica; em 1933, Lucien Febvre ocuparia vaga no prestigioso Collège de France e, em 1936, Marc Bloch vai para Sorbonne assumir a cadeira de História Econômica, ministrada anteriormente por Henri Hauser. No final dos anos 1940, Febvre e Ernest Labrousse fundaram a poderosa Sexta Seção da École Pratique des Hautes Études. Estava criada a verdadeira plataforma institucional. A partir daí, a forma de pensar e escrever a história passaria por um processo de mudança extremamente sofisticado que transformaria profundamente as bases da disciplina.

Jaume Aurell destina o terceiro e quarto capítulos de seu livro para demonstrar quão delicado foi o período posterior à Segunda Guerra Mundial e, novamente, articula as guinadas da historiografia com todo o contexto político e ideológico do século XX, tendo em vista que parte do mundo vivia o desenvolvimento do capitalismo liberal, enquanto a outra o ápice do comunismo. Esse momento apresentaria uma fase de efervescência intelectual nas ciências sociais de “ampla ressonância” e, de forma acertada, o autor nomeia o período de “a ditadura do paradigma do pós-guerra”.

O pós-guerra marcará o surgimento de três grandes modelos interpretativos: o dos *Annales*, na França, liderado por Fernand Braudel, com suas análises direcionadas aos estudos de geo-história em longa duração; a historiografia inglesa, influenciada pelo marxismo, com abordagem economicista centrada em seu famoso binômio base/superestrutura; e a historiografia norte-americana, que se utilizará da cliometria e dos métodos de análise quantitativos tão caros à New Economic History. Com efeito, a historiografia produzida entre os anos de 1945 e o início de 1970 correspondia a um mesmo paradigma historiográfico dominado por interpretações estruturalistas.

No final dos anos 1970 as abordagens estruturalistas perderam força. A historiografia passa-

ria por mais uma nova mudança epistemológica: as críticas mais contundentes argumentavam que suas interpretações eram totalizantes, fechadas e tendiam ao determinismo, fosse ele geográfico ou econômico, negando a possibilidade de agência humana. Atreladas a isso, a preocupação com a linguagem e a forma de narrar passam a ocupar lugar de destaque no debate historiográfico. Assim, o autor resume bem essa nova fase da historiografia quando afirma que o trabalho histórico ficava preso a “grandes estruturas interpretativas mais do que a pessoas”, “a motivações econômicas mais do que psicológicas” e “a quantificações mais que narrações”.

A agonia dos modelos estruturalistas forçou um repensar das correntes historiográficas. O materialismo histórico, orientador da historiografia inglesa, é profundamente revisto. A análise da base econômica já não mais condicionaria a superestrutura e a cultura passa, agora, a ocupar lugar central, sendo considerada elemento relevante na transformação histórica.

A historiografia francesa sofrerá uma ruptura em sua proposta de história total. Os microtemas ganham destaque nas pesquisas, conduzindo a antropologia cultural a uma disciplina de diálogo constante com a história e possibilitando uma ruptura dos conceitos de mentalidade e imaginário com a hegemonia do estruturalismo braudeliiano, retomando o debate sobre a narrativa, antes abandonada pelos primeiros analistas, que associavam essa modalidade à história dos acontecimentos (*événementielle*).

A historiografia alemã não ficará incólume; passará por renovação, sendo intermediada pela escola de Bielefeld, que se aproximará de uma história sociocultural mais preocupada com os hábitos e o cotidiano. Por sua vez, a historiografia italiana cunhará o método da micro-história, estabelecendo a redução de escala e a consulta a farta documentação para pôr em relevo um “fato singular”. Essa última escola é a única que ainda pode ter em seu fim uma aspiração globalizante.

Os cinco capítulos finais do livro entram em uma seara repleta de questões mais espinhosas para a historiografia ocidental, postas na ordem

do dia pela pós-modernidade. Longe de fazer um juízo de valor em tom de censura, tão comum nos trabalhos dos historiadores que se debruçam sobre o tema, sejam os que assumem uma filiação pós-moderna ou os que a rejeitam, o historiador espanhol nos brinda com uma narrativa ponderada e vigorosa, revelando os dilemas e as possibilidades permitidos àqueles que insistem em trilhar essa senda tão tortuosa que é a epistemologia da história.

De fato, a pós-modernidade estabeleceu amplo debate no campo da teoria do conhecimento e, nesse contexto, a história teve suas bases epistemológicas revisitadas. Mesmo sendo tema difícil e certamente não consensual, é extremamente válida e não pretenciosa a contribuição do autor quanto ao estado atual da questão.

Ao assumir uma postura iconoclasta, de questionamento tácito aos valores ocidentais, e pondo em dúvida os ideais de modernidade, progresso e racionalidade, a pós-modernidade negou as grandes interpretações e as metanarrativas, proclamando, de forma apocalíptica, o fim de um grande paradigma iluminista. Esse discurso ecoou nas mais variadas manifestações culturais: cinema, artes, teatro, pintura e, mais fortemente, nas ciências sociais. Ao pôr em xeque a possibilidade de uma aproximação racional e científica do passado, acabou por solapar a premissa básica do fazer história, isto é, a possibilidade de apreensão do real. O texto histórico não mais seria o acesso ao passado e receberia *status* igual ao da ficção, atribuído à literatura.

Jaume Aurell nos apresenta uma genealogia da pós-modernidade revelando os escritos de Nietzsche e Heidegger como base intelectual para o pós-estruturalismo de Foucault e o desconstrucionismo de Derrida. A proposta desses intelectuais tendia ao afastamento descompromissado de qualquer análise da realidade, beirando o “ceticismo paralisante e caindo num relativismo cujo fim era um beco sem saída”. Tal postura fez com que historiadores extremamente autorizados, como Lawrence Stone, vissem com grande preocupação a ameaça da própria subsistência da disciplina histórica. Porém, diante de tal impasse, qual é a ver-

dadeira contribuição da pós-modernidade? Seria apenas a negação da cientificidade da história, por meio de um relativismo extremado, ou existiria algo a acrescentar? Pode-se considerá-la uma nova corrente historiográfica?

Para responder a essas perguntas referentes à compreensão epistemológica da história, o autor elege alguns pontos fundamentais da pós-modernidade. O primeiro seria a reaproximação da história com a filosofia e as áreas da hermenêutica e da fenomenologia, o que permitiria uma reflexão mais apurada sobre a natureza da história. Quanto ao segundo, teria sido o aperfeiçoamento da crítica documental, exigindo um maior cuidado na análise, permitindo contextualizar melhor os textos e uma sofisticação nas formas de relato, uma vez que a linguagem ocupa lugar central no discurso pós-moderno. E, por último, a narrativa, antes desprezada por sua associação com a história política, mas agora extremamente valorizada, graças à sensibilidade, ao talento e à erudição de historiadores como Carlo Ginzburg e Natalie Z. Davis.

O distanciamento de três décadas permite avaliar a proposta da pós-modernidade. Segundo Aurell, ela também possui seu próprio “calcanhar de Aquiles”, pois em todo esse tempo não foi ca-

paz de avançar, não criou uma corrente historiográfica com métodos e postulados, podendo ser caracterizada muito mais como uma corrente intelectual, abstrata, porosa e de cunho teórico, em face da possibilidade de conhecimento do real, o que acabou afetando as ciências sociais.

A leitura de *A escrita da história* é um convite ao entendimento da escrita da história no Ocidente. Seu balanço historiográfico ajuda a refletir sobre a prática historiográfica nos últimos séculos. Outro ponto que merece destaque na obra é a sensibilidade do autor para perceber os vários momentos de tensões e crises pelos quais passou o mundo, afetando as ciências sociais e, de forma específica, o conhecimento histórico. Se existe de fato uma crise dos paradigmas e até uma descaracterização da história, que culmina com ausência de utopias e projetos sociais, o trabalho de Aurell tem o mérito de mostrar que, justamente nesses momentos, os historiadores não se furtaram ao debate, lembrando ao leitor da função social de nosso ofício. Passada esta primeira década do século XXI, a historiografia ainda busca respostas para seus problemas e certamente em momentos de crise novas respostas surgirão, e, por que não dizer, novas verdades.